



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 125

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Elio Rusch</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>Partido Democratas</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Mello</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Douglas Fabrício</i>
<i>Bloco PSB/PRB/PV</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>Bloco PTB/PR</i>	<i>Jocelito Canto</i>

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 125

115ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 07

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 07

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto..... 10

Liderança do PP

Dep. Cida Borghetti 10

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 11

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 12

Discussão/Votação

Redação Final 13

3ª Discussão 13

2ª Discussão 13

Requerimentos 14

Encerramento da Sessão 15

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 15

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Despachos 17

DIÁRIO Nº 125

115ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

22 DE OUTUBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretário pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Alysson Wandscheer, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró e Ribas Carli Filho (14).

Ausentes com justificativas: Marcelo Rangel e Osmar Bertoldi (02).

Em licença os Srs. Deputados: Antonio Belinati e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 033/08

Curitiba, 20/10/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei visando obtenção da necessária autorização legislativa, nos termos do artigo 209, da Constituição do Estado do Paraná, para construção da Usina Hidrelétrica Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no estado do Paraná, de latitude 24º 01' 37" S, longitude 50º 41' 37" W e potência de 361,00 MW.

Trata-se da implantação e exploração da Usina e das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora, atuando como produtor independente de energia elétrica, com conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

A COPEL Geração S/A (51%), atualmente denominada COPEL Geração e Transmissão S/A, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e a ELETROSUL Centrais Elétricas S/A (49%), amparadas pela Lei Estadual nº 14896/05, constituíram o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS para participar do leilão de energia aberto pelo Edital nº 004/06 - ANEEL, de 21/09/06, do qual foram vencedoras, tendo-lhes sido outorgada concessão através do Decreto Presidencial - DOU de 29/06/07, conforme o Contrato de Concessão nº 001/07 - MME-UHE Mauá, de 03/07/07.

O órgão competente analisou e emitiu as licenças ambientais prévia e de instalação, com base no EIA/RIMA aprovado.

A UHE Mauá terá investimentos de aproximadamente R\$ 1 bilhão, devendo operar a partir de janeiro de 2011, com capacidade suficiente para atender a demanda de uma cidade com um milhão de habitantes.

O projeto da UHE Mauá está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, permitindo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES financiar tal empreendimento em condições mais favoráveis do que as de mercado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica autorizada a construção de usina hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no estado do Paraná, de latitude 24º 01' 37" S e longitude 50º 41' 37" W.

Art. 2º A construção da Usina Hidrelétrica Mauá, constante do artigo anterior, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos da lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº 902/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a concessão da gratificação pelo desempenho de atividades com risco de vida, no percentual de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) e na forma que especifica. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, 22/10/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa., que estarei ausente das Sessões Plenárias nos dias 22 e 23 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Sala das Sessões, em 22/10/08.

(a) MARCELO RANGEL

Indicação

INDICAÇÃO Nº 299/08

SÚMULA:

Sugere a construção de 2 (duas) passarelas no município de Paçandu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 2 (duas) passarelas no município de Paçandu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Paçandu, que há muito reivindica, a construção das passarelas na PR-323, trecho que compreende o perímetro urbano de Paçandu.

Sala das Sessões, em 22/10/08.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2868

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa da redação final para o Projeto de Lei nº 283/08, item 05 da Ordem do Dia, por não ter sofrido emenda em sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2867

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a devida anuência do Plenário, seja enviado expediente à direção da COPEL pedindo a reavaliação do procedimento adotado para o recadastramento dos produtores rurais para estes continuarem com o direito ao benefício de isenção tributária na fatura de energia elétrica e, de outro lado, apurar propriedades rurais que não têm direito às isenções tributárias, por serem, chácaras de lazer.

Sala das Sessões, em 22/10/08.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Existem muitos motivos, Sr. Presidente e nobres Pares, para ser revisto o processo adotado pela COPEL para o recadastramento referido:

- a exigüidade do tempo (a primeira leva de proprietários rurais notificados têm 17 dias para efetuar o recadastramento), considerando o número de 146 mil ruralistas convocados para apresentar CPF, Cédula de Identidade, e cadastro de Produtor Rural (CAD/Pro), 17 dias é tempo muito curto e um período tão diminutivo vai, com certeza, gerar intranquilidade e desgaste para agricultores, como já vem acontecendo;

- o período escolhido para esse recadastramento é impróprio, visto que os proprietários rurais estão neste momento renegociando dívidas, junto às instituições financeiras ou negociando financiamentos para a próxima safra, estão atarefados no ajuste de suas propriedades às exigências do SISLEG, como também, é período de intensa atividade no campo por ser tempo de plantio.

Essas razões e outras que se deixa de assinalar, fazem do período escolhido pela COPEL inadequado para o recadastramento, que somado ao tempo concedido, gera dias de tumulto e desconforto no campo.

Por isso, Sr. Presidente, requer-se da direção da COPEL para ser revisto o processo de recadastramento, suspendendo de imediato e abra espaço para o diálogo com as entidades de classe a fim de encontrar a melhor estratégia para a coleta dos dados pretendida, para evitar essa mobilização tão extensiva e desconfortável.

Sugere-se, nesta oportunidade, a título de colaboração, para poupar toda essa mobilização, que a COPEL (talvez) use de sua própria estrutura existente em todo o estado, de seu pessoal que faz a leitura do consumo de energia nas propriedades rurais, para obter os dados que necessita.

REQUERIMENTO Nº 2871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR, David Antônio Pancotti, solicitando que seja encaminhado a este Parlamentar a seguinte informação:

- Qual a justificativa para a exigência desse DETRAN de solicitar recibo de compra e venda para a liberação de motos apreendidas em blitz?

Sala das Sessões, em 22/10/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2870

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM à Secretária de Estado da Educação, Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, informar, se há intenção do estado em transferir para a Prefeitura de Curitiba a administração do Colégio Estadual Dezenove de Dezembro, localizado na rua Desembargador Mota, 2082 nesta capital do estado.

Em caso afirmativo, informar o que será efetivamente transferido e sob quais condições. A escola passará a ser uma escola municipal? Os professores estaduais continuarão exercendo suas funções na escola municipal? E, ainda, foram realizadas reuniões com a comunidade escolar, a direção do colégio e a associação de pais de alunos da instituição para efeito

de discutir a transferência da administração da escola para a municipalidade?

Sala das Sessões, em 22/10/08.

(a) BANCADA DA OPOSIÇÃO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 431/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurada ao consumidor desempregado, no âmbito do estado do Paraná, nos termos desta lei, a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

§ 1º Consideram-se serviços públicos essenciais, para os fins desta lei:

- a) abastecimento de água;
- b) distribuição de energia elétrica; e
- c) captação e tratamento de esgoto.

§ 2º Considera-se consumidor desempregado, para os fins desta lei, aquele que tenha registrada em sua Carteira Profissional, emitida pelo Ministério do Trabalho, a baixa no último emprego há no mínimo um mês e no máximo seis meses, desde que tenha trabalhado pelo menos seis meses contínuos no último emprego.

Art. 2º Para fazer jus ao benefício que trata a presente lei, o consumidor desempregado deverá ser o principal responsável pelo sustento da família e solicitar a concessão do benefício ao Poder Público ou concessionária responsável pela prestação do serviço.

Parágrafo Único. O principal responsável pelo sustento da família, para os fins desta lei, é a pessoa responsável por mais de cinquenta por cento da renda familiar.

Art. 3º Fica vedada a interrupção da prestação de serviço aos consumidores de que trata o artigo 1º desta lei, por motivo de inadimplemento, por um prazo de noventa dias a partir da data do protocolo do pedido.

Parágrafo Único. Para protocolar o pedido de concessão do benefício, o consumidor não poderá ter débitos pendentes.

Art. 4º Perderá o direito ao benefício o consumidor que ultrapassar:

- a) a primeira classe de consumo no abastecimento de água; e
- b) a primeira faixa no consumo de energia elétrica.

Art. 5º Só poderá ser concedido o benefício uma vez a cada período de vinte e quatro meses.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 7º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, dentro dos limites estabelecidos na lei orçamentária anual vigente, visando a inclusão das devidas classificações orçamentárias.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/10/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O desemprego é uma triste realidade na maioria dos países do mundo. A perda do emprego acarreta inúmeros problemas financeiros, morais e emocionais que poderão ser agravados pela degradação da qualidade de vida decorrente da falta de recursos necessários para a sua manutenção.

Os serviços essenciais, compreendidos como o fornecimento de água, esgoto e energia elétrica, são indispensáveis para viver com um mínimo de dignidade, a qual é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme preconiza a Constituição Federal, em seu artigo 1º, inciso III.

A dignidade da pessoa humana deve ser absoluta e prevalecer sobre todos os outros valores, tanto individuais quanto coletivos, e seu respeito se traduz em repúdio a práticas vexatórias à cidadania.

Assim, nesse difícil período de transição, que é a procura de um novo emprego, pode ocorrer da família da pessoa desempregada, com a queda da renda familiar, não ser capaz de suportar o ônus dos serviços essenciais. Nada mais justo que se concede à família um período para que esta se reequilibre, dando-lhe a chance de recomençar dignamente.

PROJETO DE LEI Nº 432/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica determinado que as escolas da rede pública estadual e da rede particular enviarão comunicado aos pais ou responsáveis pelo aluno matriculado, informando a quantidade de faltas que o aluno obteve no período descrito no artigo 2º da presente lei.

Parágrafo Único. Fica a critério da escola a opção de enviar o comunicado por meio de:

- I - correio eletrônico (e-mail)
- II - correspondência simples.

Art. 2º As escolas somente deverão efetuar o envio do comunicado quando o aluno tiver:

- I - faltado por três dias consecutivos, sem justificção;
- II - mais de 15 faltas no mês, sem justificção;
- III - mais de 20 faltas em dois meses, sem justificção;

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da lei nas escolas da rede privada ficam vinculadas ao orçamento da escola.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei nas escolas da rede pública, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Educação, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/10/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa que as escolas da rede pública estadual e da rede particular enviarão comunicado aos pais ou responsáveis pelo aluno matriculado, informando a quantidade de faltas que o aluno obteve no período descrito no artigo 2º da presente lei.

A determinação tem caráter meramente preventivo e visa a reduzir o número de alunos reprovados por falta e a evasão escolar. Hoje, alunos que atingem 25% de faltas são reprovados automaticamente.

A escola decidirá se o aviso será dado por correspondência simples ou por correio eletrônico. A notificação é importante para que os pais sintam a responsabilidade pela educação dos filhos e acompanhem o desempenho deles na escola.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares, para aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 433/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados Comitês Municipais de Tolerância Zero para Mortalidade por Câncer de Mama, em todos os municípios do estado do Paraná, destinados a conscientizar a comunidade sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama.

Art. 2º Aos Comitês compete:

I - Informar à população sobre a prática de ações preventivas que compreendem a prática do auto-exame, exames preventivos de rotina, exames laboratoriais e exames complementares;

II - realizar periodicamente campanhas de educação para a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama;

III - promover juntamente com o poder público, empresas e entidades civis do município atendimentos, palestras, exames e outras atividades que visem à conscientização da população e a redução dos índices de mortalidade vinculada ao câncer de mama;

IV - atuar como fiscalizador com o objetivo de identificar o conjunto de procedimentos que falham na cadeia de atendimento a saúde da mama.

Parágrafo Único. Havendo óbice em razão do câncer de mama, para efeito de investigação, o Comitê Municipal terá acesso ao atestado de óbito e documentação médica do período de tratamento do referido câncer.

Art. 3º Os Comitês, em suas ações, manterão parcerias com a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, bem como com a sociedade civil organizada e terão no mínimo três e no máximo sete membros gestores.

Art. 4º Os Comitês publicarão, anualmente, estatísticas sobre os casos de câncer de mama diagnosticados no município, permitindo ações objetivando o diagnóstico precoce e a prevenção das doenças da mama.

Art. 5º Os Comitês Municipais de Tolerância Zero para Mortalidade por Câncer de Mama adotarão Estatuto e Regimento Interno para seu funcionamento.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), apenas neste anos mais de 48 mil mulheres sofrerão com o câncer de mama em todo o Brasil e 10 mil delas vão morrer.

O número é arrasador, mas realista, já que em 60% dos casos a doença é detectada em estágio avançado.

Diagnosticado precocemente, as chances de cura são de 98%

A doença ameaça a vida e no estado do Paraná há a possibilidade de ser erradicada, com a implantação dos Comitês de Tolerância Zero para Mortalidade por Câncer de Mama.

A comunidade precisa ser informada, a mulher precisa conhecer seu corpo e acompanhar qualquer alteração, além de fazer as mamografias.

Os Comitês atuarão como fiscalizadores e acompanharão todo o processo envolvendo a prevenção e o tratamento da doença.

Trata-se de medida de prevenção, haja vista que a aplicação da medicina curativa, é muito mais dolorosa para a paciente. Se acontecer o diagnóstico precoce, sem dúvida, a qualidade de vida da mulher será preservada.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Mensagem do Poder Executivo nº 256, que está em 3ª discussão hoje, trata da política de turismo do Paraná.

Fomos autores da Lei do Turismo Rural, na agricultura familiar, que foi sancionada sob o nº 15143, de maio de 2006, e definimos, através desta lei, como implementar o turismo rural na agricultura familiar. Fizemos inclusive uma cartilha orientando para que possamos, no Paraná, como já existe em outros estados, em nível federal, criar toda uma política para o turismo rural na agricultura familiar. Esta lei está em vigor, mas ainda precisa ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Então, paralelo a esta lei que estamos votando hoje e com esta que já existe, que precisa ser regulamentada, acreditamos que se implementados esses princípios do turismo rural, podemos gerar muito emprego no interior e renda para os agricultores familiares. Existe uma política nacional, no estado está se fazendo um esforço neste sentido, definindo roteiros turísticos para as propriedades dos produtores rurais da agricultura familiar.

O princípio do turismo rural é o desenvolvimento em propriedades rurais familiares que manejam adequadamente os recursos naturais. Trata-se de um turismo ambientalmente correto, que busca uma convivência harmônica com a natureza, promovendo a educação ambiental. Outro princípio é oferecer aos visitantes *in natura* e transformados, produzidos na unidade familiar e na vizinhança rural. Outro princípio é valorizar e resgatar o artesanato regional, a cultura da família, do campo e os eventos típicos do meio rural. Outro princípio é incentivar a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta desta produção pelo agricultor. Já tem várias ações como no caso a compra direta, muitos municípios, por exemplo o município de Nova Laranjeiras, eles criaram uma central de venda de produtos, estão conseguindo organizar os produtos para fornecerem produtos para serem vendidos na CEASA-Paraná, na cidade de Cascavel.

Não temos dúvidas que propriedades bem organizadas da agricultura familiar que produzem produtos do ponto de vista da questão ambiental, de forma correta, vão propiciar mais renda no campo, vão propiciar atividades turísticas no futuro para as pequenas propriedades. E os municípios que se preocuparem e os Prefeitos que fizerem como política pública trabalhar o turismo rural, certamente terão grandes benefícios para a sua cidade, no setor de serviços, atraindo pessoas de cidades pólos, cida-

des maiores, e isso poderá certamente ser um novo incremento de renda para as cidades.

Outra forma do princípio do turismo rural é proporcionar a convivência entre os visitantes e a família rural. Por exemplo, um cidadão urbano, uma criança urbana, muitas vezes não sabem de onde vem o leite, não sabem como funciona essa questão mecânica da ordenha do leite. Isso tudo, muitas vezes, para quem é do setor urbano, conhecer essa realidade do campo proporciona, de fato, muito conhecimento, e essa convivência com a questão daquilo que é um dos principais alimentos para as pessoas que moram nas cidades.

Então, o turismo rural levado a sério, não tenho dúvida que gerará muito emprego no futuro e dará, inclusive, felicidade para as pessoas urbanas ao conhecerem no meio rural as cascatas que a natureza tem nos rios do Paraná, a convivência com animais, cavalgadas e assim por diante, alimentos produzidos de forma natural na agricultura familiar sendo servidos no café da manhã.

Não temos dúvidas que o estado do Paraná deverá regulamentar em breve esta Lei do Turismo Rural da Agricultura Familiar, que é lei de nossa autoria, Lei nº 15143. Inclusive esta Casa legislou sobre essa temática, e quero agradecer. Fizemos esta cartilha até porque, com a renovação das Prefeituras, dos Prefeitos que se reelegeram, é fundamental, principalmente cidades que têm muitos “pronaianos”, vamos assim dizer, agricultores familiares que acessam o crédito da agricultura familiar, certamente os Prefeitos, se quiserem, poderão implementar para ter o turismo rural na agricultura familiar, porque o estado tem uma legislação e, certamente, vai regulamentá-la e tem recurso dos Ministérios para criarmos essas políticas espalhadas pelo interior do Paraná, desde que haja, naturalmente, interesse dos Prefeitos eleitos.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador, com a palavra o Deputado Elio Rusch, que usa o Grande Expediente.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Cento e quarenta e seis mil agricultores foram surpreendidos logo após as eleições no estado do Paraná, com uma correspondência que a COPEL tem enviado aos mesmos solicitando que eles façam um cadastramento para que possam continuar obtendo os benefícios da energia elétrica rural. A que conclusão nós chegamos, e também os representantes dos agricultores, sejam os sindicatos, seja a FAEP - com toda certeza a FETAEP também, e começaram a mobilizar.

Fomos procurados por alguns sindicatos, recebemos uma correspondência, acredito que os Srs. Parlamentares também devem ter recebido a correspondência

assinada pelo Presidente da FAEP, o Sr. Ágide Menequetti. Na correspondência que ele envia aos Parlamentares, ele faz menção de uma carta que ele enviou para o Governador do Estado do Paraná Relata o Presidente da FAEP que ele procurou os dirigentes da COPEL, e a COPEL tem informado ao Ágide que era problema da Secretaria da Fazenda. Procurou a Secretaria da Fazenda e a mesma informou ao Presidente da FAEP que era problema da COPEL. Como começou o jogo de empurra, empurra, nada melhor que a FAEP fazer a correspondência ao Governador do Estado do Paraná e esta carta que nós recebemos - e acredito que os Srs. Deputados também tenham recebido - tem o número 1308/08, que faz as considerações necessárias em relação a não trazer este tumulto para os agricultores do estado do Paraná.

O momento, Srs. Deputados, é de plantio. O momento é de buscar o refinanciamento das dívidas dos agricultores. O momento é de os agricultores buscarem, através das suas propriedades, preparar o solo para receber a futura safra dos mesmos. Então, jamais seria o momento apropriado para que o Governo do Estado, através da COPEL, solicitasse aos 146 mil agricultores na primeira fase, e numa segunda fase, mais 200 mil agricultores.

O que nos chamou muito a atenção, Srs. Deputados, foi o prazo que a COPEL deu para os agricultores, de apenas 17 dias para que os agricultores regularizassem sua situação. Ora! O estado do Paraná é informatizado, Srs. Deputados. Todos os produtores rurais, grandes ou pequenos, têm o bloco do produtor rural. Isto está registrado na Secretaria da Fazenda. Acho que é só uma questão de buscar, através da informática, quais os agricultores que efetivamente se enquadram como agricultores ou não.

A justificativa, ao menos o que nos foi informado, é que existiam algumas chácaras de lazer no estado do Paraná e que seus proprietários estavam usando o benefício, nesta chácara de lazer, como uma propriedade rural, e usando os benefícios da energia elétrica rural.

Agora, vejam, Srs. Deputados, ao cúmulo que nós chegamos. Me perdoem a palavra, mas esta é a expressão correta: ao cúmulo! A COPEL, se não mensalmente, mas de vez em quando vai à propriedade rural para conferir a leitura da energia gasta. Em muitos lugares quem faz a leitura é o próprio agricultor. Ele faz a leitura, leva e paga sua fatura. Mas, de dois a três meses, os técnicos da Cooperativa de Eletrificação Rural, o mesmo pessoal da COPEL, vão à propriedade rural e conferem essa leitura, se confere ou não confere. Por que mobilizar 350 mil propriedades rurais, 350 mil agricultores no estado do Paraná e fazer o seu cadastramento junto à COPEL ou na EMATER, provar que são agricultores? Levar identidade, levar CPF, levar nota de produtor rural, para ter os benefícios da energia elétrica rural? Quando na verdade o Governo já tem isso disponível, na Secretaria da Fazenda. E se não tivesse, a própria COPEL tem seus funcionários,

tem seus escritórios regionais, tem os escritórios locais que poderiam fazer isso.

Diante disso, Sr. Presidente, como recebemos esta correspondência da FAEP, recebemos correspondência dos sindicatos rurais de diversas cidades do estado do Paraná, por esta razão é que entramos no dia de hoje com um requerimento pedindo que seja enviada à direção da COPEL, solicitando a reavaliação do processo de cadastramento solicitado aos produtores paranaenses. Aí fizemos nossas considerações.

Em primeiro lugar, se existe uma chácara de lazer, olha, vamos pegar meu município de Marechal Cândido Rondon, que não é grande, vamos supor - se tiver muito, são cinco chácaras, não mais - mas quantos mil agricultores não tem a cidade de Marechal Cândido Rondon? Quantas chácaras será que temos no Paraná, fora chácaras de lazer? Mil chácaras? Duas mil chácaras? Vamos supor que são mil chácaras. Agora, você vai mobilizar 350 mil agricultores para fazer um cadastramento e quem não fizer o cadastramento vai se enquadrar como luz urbana, não vai ter o benefício da energia elétrica rural e também não vai ter o benefício dos impostos. Quer dizer, é um absurdo! E ainda mais, no momento em que a COPEL anuncia um lucro fantástico de R\$ 613 milhões no primeiro semestre deste ano, e é neste momento, passada a eleição, que se enviam as correspondências aos nossos agricultores.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Elio Rusch, quero lhe cumprimentar por trazer à tona esse assunto, que é palpitante e ao mesmo tempo é preocupante e, comentava agora há pouco com o Líder da Oposição justamente sobre o papel desta Casa perante a sociedade paranaense. E os agricultores do Paraná, não só da nossa região oeste e sudoeste, eles certamente estão pedindo socorro, não só em virtude dessa medida que V. Exa. apresenta o requerimento para explicarem pelo menos o porquê. Quer dizer que agora o colono vai ter que demonstrar que é colono para continuar com o benefício da luz rural, que é mais barata do que a luz urbana?

Mas, não é só isso. V. Exa. percorre os municípios e percebemos também que é palpite que cada vez mais se criam embaraços para o agricultor. Até poucos anos atrás o Banco do Brasil financiava o desmatamento - quem não desmatava não tinha direito a financiamento. Agora vem uma medida nova, que vão ter que recompor na própria área, sendo que até alguns anos, inclusive V. Exa. já propôs aqui que se voltasse aquela legislação que estava em vigor para que fizesse um consórcio dentro da mesma microbacia e recuperassem a mata, não só a reserva legal, mas também as matas marginais e riachos, e isso infelizmente não entrou em vigor. Quero dizer que cada vez mais a população pede socorro. E pede aonde? Aqui nesta Casa de Leis, com seus representantes.

Então, quero dizer a V. Exa. que realmente o senhor tem não só o meu apoio, mas tenho certeza que de toda esta Casa para buscar não só repor a ordem das coisas nessa questão da energia elétrica rural, mas também em outras questões que, cada vez mais, deixam o agricultor preocupado e, com certeza pedindo socorro a quem tem a obrigação de representá-los.

Parabéns!

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Nós já usamos esta tribuna e inúmeros Deputados usaram a tribuna em defesa da agricultura, não só da nossa região, do nosso estado, mas do próprio Brasil. A elevação do custo de produção, alguns componentes do adubo aumentaram mais de 100%. Quer dizer, o custo de produção chegou no auge, subiu demais e o preço, quando o agricultor vende, ao invés de aumentar, acaba diminuindo, o que faz com que o agricultor cada vez se encontre em maior dificuldade. E se não bastasse tudo isso, o Ministro do Meio Ambiente baixa um portaria exigindo que todos os agricultores do nosso país, até janeiro do próximo ano, busquem e se legalizem com os 20% da reserva legal. É isso que o Deputado Reni Pereira fez menção.

Sabemos que é necessário, sim, preservar o meio ambiente. Precisamos recuperar os nossos rios através das matas ciliares. Mas, o que nós queremos, o que a Bancada Ruralista do Congresso Nacional está defendendo? Que a mata ciliar, o toco de morro, que tudo isso conte nos 20% da formação da reserva legal de cada propriedade. Vi uma reportagem, não me recordo em qual canal, mas era um proprietário que tem 15 hectares de terra, ele tem um riacho que corta sua propriedade toda e além do riacho tem mais duas nascentes. Ele tem que ter 30 metros de mata ciliar para cada lado do riacho. Então, se ele tem que ter os 30 metros de mata ciliar, mais os 20%, ele fica sem área para plantar.

Quer dizer, isso é uma realidade. Esse agricultor deve ter entrado na Justiça, via administrativa, deve ter resolvido o seu problema, ele tinha uma área de terra muito grande na região de Santa Helena e comprou 20 alqueires de terra que era mata no município de Assis Chateaubriand, que era região oeste, os dois municípios, e demorou para conseguir averbar, porque 20 alqueires de mata estavam em um processo de inventário. Quando terminou o processo de inventário, quando foi ao registro de imóveis para averbar, não podia averbar mais porque não pertencia mais à mesma microbacia. Quer dizer, dificultou para os nossos agricultores. Nós tínhamos oito, hoje são 23.

Esse é o motivo que fez com que eu entrasse aqui na Assembléia Legislativa com um decreto para anular e revogar o decreto do Governador do Estado do Paraná. Aliás, até é um momento oportuno de verificar se foi revogado por parte do Governo, ou senão temos que trazer isso para a Assembléia, para a discussão, para facilit

tar a vida dos nossos agricultores e não dificultar cada vez mais.

Fico feliz também, Deputado Welter, quando V. Exa., que é da Bancada do PT, entende que o decreto do Ministro do Meio Ambiente é muito duro, é muito rígido, é muito rude com os nossos agricultores em relação a essa reserva legal.

Mas, volto a falar da COPEL, dizendo que o requerimento que estamos apresentando na Sessão de hoje é para fazer com que a COPEL, efetivamente, suspenda aquele cadastramento dos agricultores em relação ao benefício da energia rural, porque não há tempo, Deputado Romanelli, já fiz uma exposição antes, acredito que o Governador Roberto Requião nem deve estar sabendo disso, porque se o Governador soubesse, tenho certeza que ele não iria permitir isso, porque não é possível que alguém, técnico da COPEL, dê o prazo de 17 dias para que todos os agricultores do Paraná inteiro façam o seu cadastramento. Isso não é possível. E o que sugerimos, vou ler apenas a finalização do nosso requerimento: “Por esta razão e outras que se deixa de assinalar, fazem do período escolhido pela COPEL inadequado para o cadastramento, que somado ao tempo concedido, gera dias de tumulto e desconforto no campo.”

Por isso, Sr. Presidente, requer-se da direção da COPEL que seja revisto o processo de cadastramento, suspendendo de imediato, e abra espaço para o diálogo com as entidades de classe, a fim de encontrar a melhor estratégia para a coleta dos dados pretendida, para evitar essa mobilização tão extensiva e desconfortável.

Sugere-se, nesta oportunidade, a título de colaboração, para poupar toda essa mobilização, que a COPEL use de sua própria estrutura existente em todo o estado, de seu pessoal que faz a leitura do consumo de energia nas propriedades rurais, para obter os dados que necessita. É muito simples.

Então, a título de colaboração, e é por essa razão que entramos com esse requerimento, e tenho a certeza que os Srs. Parlamentares haverão de aprová-lo, porque não acredito que isso seja do conhecimento do Governador do Estado do Paraná, porque se tivesse, tenho certeza que jamais ele iria admitir que a COPEL fizesse esse expediente, como eu disse em um primeiro momento, 146 mil agricultores já receberam e mais 200 mil haverão de receber. É desnecessário criarmos esse desconforto e esse absurdo que está se criando na COPEL aos agricultores do estado do Paraná.

Agradeço a todos. Espero que possamos aprovar esse requerimento, chegando às mãos do Governador e da COPEL, que possam rever essa posição que eu diria que é inadequada e injusta, neste momento.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças.

PSDB; PDT; PMDB; Bloco PPS/PMN.

(Declinam)

Bloco PTB/PR: com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero utilizar o horário hoje para fazer uma saudação especial a uma figura que ontem acabei colocando junto, joio do trigo. Como não sou injusto, quero fazer uma homenagem especial a um amigo que nos ajudou na campanha e que está conosco nos ajudando. Demonstrou lealdade, companheirismo, e que não poderia deixar de falar aqui, que é o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti.

Ontem falei que me libertei de todos os demônios nessa campanha.

Quero fazer uma homenagem ao nosso Vice-Governador Orlando Pessuti. Uma figura espetacular, grande companheiro. É um político que passou por esta Casa, ficou muitos anos aqui, foi um grande líder. Dizer a ele que, quando se tem pessoas como ele, até quando perdemos nos animamos a continuar, porque são pessoas solidárias, pessoas que têm respeito para com o companheiro. E ele demonstrou isso na campanha. Foi várias vezes a Ponta Grossa. Esteve conosco na televisão, participou de eventos, uma pessoa que merece a nossa saudação. Queremos aqui saudar o PMDB na pessoa do Vice-Governador Orlando Pessuti. Deixo aqui o meu registro de gratidão, de agradecimento e de respeito.

O Paraná, que vive uma crise de deslealdade por parte de alguns políticos, tem no Orlando Pessuti um exemplo de lealdade para com os companheiros.

E fico torcendo que esse velho MDB de guerra possa dar ao Orlando Pessuti daqui a dois anos, o direito de ele se apresentar como candidato. O PMDB tem que parar com essas aventuras loucas, essas invenções amalucadas do Governador Roberto Requião, que resolve colocar alguém para ser candidato, que não tem apoio popular, e aí dá no que dá.

O atual Vice-Governador é uma pessoa que merece o respeito do povo, porque está presente em vários momentos. E em Ponta Grossa ele é uma pessoa muito querida por todos os segmentos, todos gostam dele. Ele é o apagador de incêndio. O Roberto Requião bota fogo e Pessuti é o bombeiro do Governo.

Se o nosso Orlando Pessuti for Governador, terei de retribuir com meu trabalho, com meu apoio para ele ser o futuro Governador do Paraná. Já tem o meu apoio, independente de onde quer que eu esteja, porque mostrou lealdade. E lealdade é algo parecido com caráter. O PMDB me apoiou e eu retribuo desde já. Se o nosso Orlando Pessuti vier a ser candidato a Governador, daqui a dois anos, se o povo do Paraná lhe der a oportunidade,

teremos um cidadão lá do interior como Governador, e ele terá o apoio de muita gente, principalmente o meu, por lealdade.

Essa é a homenagem que eu queria fazer a essa figura espetacular, que aprendi a gostar pela sua simplicidade, pelo seu jeito. Enquanto você encontra um monte de pessoas desleais, que na frente dão beijinho e por trás “te metem o cacete”, eu encontrei pessoas maravilhosas nessa campanha, como o nosso querido Orlando Pessuti. Fica registrada, nos Anais desta Casa, a minha homenagem a ele pela lealdade, pelo companheirismo. Nos momentos de dor e sofrimento, quando você não está bem, como é bom ter um amigo como o Orlando Pessuti.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Bloco PSB/PRB/PV. Democratas

(Declinam)

PP. Com a palavra a Sra. Deputada Cida Borghetti.

Liderança do PP: Deputada Cida Borghetti

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

(Lê):

“É com grande satisfação que, em nome da coordenação do Programa de Catalogação, Remissão de Consolidação das Leis do Estado do Paraná, da qual fazem parte, também, o Deputado Caíto Quintana e o Deputado Reni Pereira, estamos entregando aos Srs. Deputados e ao estado do Paraná, o tomo V da coletânea, referente a 5ª Legislatura, período de 1963 a 1966.

Esse trabalho é realizado com muita dedicação e carinho pelos servidores da Diretoria Legislativa, com a supervisão de seu Diretor, Severo Olímpio Sotto Maior, tendo como coordenadora a Eliete de Paula Xavier Ziesemer e como revisora Idília Débora Gineste.”

Quero cumprimentá-los e sempre agradecer a presença e o trabalho dos servidores desta Casa.

Na oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs e Sras. da imprensa, servidores desta Casa, funcionários e assessores, gostaria de reafirmar, nesta tarde o convite para que todos possam comparecer amanhã, quinta-feira, dia 23 de outubro, num dia importante para salvar vidas, Sr. Presidente.

Chamo a atenção dos amigos da imprensa, porque a imprensa, hoje, é o maior instrumento de propagação desta lei importante, que é a lei que hoje simboliza, por meio do laço cor-de-rosa, o dia para salvar vidas, a luta contra o câncer de mama. Amanhã estaremos acolhendo neste plenário, as senhoras dos Prefeitos do Estado do Paraná, de muitos municípios. Já tivemos, hoje, a confirmação, Sr. Presidente, de mais de 200 senhoras, esposas de profissionais também da área da Saúde, que estarão conosco, amanhã, para receber o Vice-Presidente da

semana nacional. Bem como autoridades da área médica estarão presentes conosco em palestra e, também, as amigas da mama, como a Tânia Gomes, idealizadora junto conosco deste laço, que salva e que alerta as mulheres para a mamografia e para o exame de diagnóstico precoce contra o câncer de mama.

Gostaria de estar contando com a presença dos nossos Pares, das Deputadas, das senhoras dos Deputados, dos servidores desta Casa, das servidoras, para este alerta, porque o câncer de mama é hoje, talvez, o câncer que mais mata as senhoras, as mulheres no Brasil e também no mundo.

Quero parabenizar a iniciativa do Palácio, do Teatro Ópera de Arame, que durante todo o mês de outubro estará com as luzes acesas, as luzes cor-de-rosa, simbolizando a cor rosa, a temática para o alerta, salvando assim muitas vidas.

Muito obrigado a todos e conto com a presença de todos vocês que ajudaram a aprovar esta lei que institui, no estado do Paraná, o 27 de novembro o Dia de Luta contra o Câncer de Mama, amanhã, a partir das 10h da manhã, neste plenário, até as 17h.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o PT.

(Declina)

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu venho à tribuna para falar de um tema mais ameno nesta tarde, mas não sem menos importância para o estado do Paraná.

Em primeiro lugar, queria dizer ao Deputado Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, que eu já recebi, Deputado, em relação a esse tema do cadastramento ou do cadastramento exigido pela COPEL, eu já acionei o meu gabinete, já recebeu, na verdade, reivindicações de diversos municípios, eu já acionei a COPEL. Estou esperando de fato uma explicação da COPEL, porque é absolutamente de fato impossível de cumprir. Deve ser sido algum burocrata desavisado que acabou tomando uma decisão igual a esta, mas certamente a COPEL vai poder reavaliar isso para poder evitar esse clima de quase comoção que estamos tendo no estado do Paraná. Certamente tem procedência o que V. Exa. disse e, estamos tomando as providências e espero que possamos ter ainda nesta Sessão uma solução para isto, até porque esta Casa tem os instrumentos adequados para utilizar quando os agentes públicos tomam decisões que são impróprias. Bom e velho decreto legislativo, funciona muito bem.

Mas, quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inclusive o Deputado Elio Rusch, quero transmitir a V. Exa., como Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, Deputado Duílio Genari, a todos os Deputados que integram a nossa Bancada, um convite do Vice-Governador Orlando Pessuti para que no próximo dia 28 possamos estar no Palácio das Araucárias, ele estará no exercício do cargo de Governador e fará a instalação do Comitê Executivo para assuntos da Copa do Mundo de 2014 a realizar-se no Brasil.

Como Vs. Exas. sabem, o Paraná luta para sediar uma das subsedes da Copa do Mundo. São 10 ou 12 subsedes no Brasil e essas subsedes não estão definidas ainda. O nosso estado já avançou bem nesse processo, por conta, é claro, quando definimos a Arena da Baixada como o estádio que sediará os jogos, a um conjunto de ações que devem ser feitas. Recentemente tivemos aqui a visita da Comissão encarregada de fazer justamente essa vistoria e o Governador Requião através do Decreto nº 3448, de 22 de setembro, ele justamente dispõe sobre a criação desse comitê e até para dar uma satisfação a todos os Parlamentares e ao mesmo tempo pedir que compareçam ao Palácio das Araucárias para prestigiar a instalação desse comitê executivo para trazer a Copa do Mundo para o Paraná em 2014, porque esse é um evento que todos sabemos é suprapartidário, é um evento que é bom para o estado do Paraná, e é um evento que não podemos perder.

E todos nós sabemos, sejam todas as torcidas, sejam os rubro-negros, como eu, como é o Presidente Nelson Justus, e tantos outros nesta Casa, como também é claro os torcedores do alviverde, os paranistas, ou do nosso tubarão, eu que sou londrinense, de nosso Atlético de Paranaíba, todos aqueles que são amantes do esporte, principalmente do futebol.

O comitê executivo que foi definido pelo Governador e pelo Vice-Governador Pessuti que será instalado no próximo dia 28 é integrado por representantes dos seguintes órgãos: da Vice-Governadoria; da Casa Civil; da Federação Paranaense de Futebol; da Vice-Presidência da Federação Paranaense de Futebol; da Secretaria de Turismo; da Secretaria de Educação, da Paraná Esporte, no caso que representa; da Federação do Comércio do Paraná; da Associação Comercial do Paraná; da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem, da Federação de Convention e Visitors, Bureau do Paraná; da Associação de Indústrias, de Hotéis; da Vice-Prefeitura de Curitiba; da Secretaria Municipal de Turismo da Prefeitura de Curitiba, certamente o eficiente Secretário Carvalho que vai estar à frente representando o município, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba; do Clube Atlético Paranaense; da Associação dos Cronistas do Estado do Paraná; do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Esses representantes serão indicados pelos titulares das pastas e como todos nós sabemos é uma forma objetiva de ter um comitê executivo representativo do estado do Paraná. O comitê terá uma Comissão

gestora que será composta pelo Vice-Governador Orlando Pessuti, pelo Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Élio Curi, pelo Secretário de Estado do Turismo, Celso Caron e pelo Vice-Prefeito de Curitiba, Luciano Ducci.

Dou essa satisfação pública...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte?

(Assentimento)

E a Assembléia Legislativa do Paraná não está nessa relação aí?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

A Assembléia não pode participar de uma Comissão nomeada pelo Chefe de um outro Poder. A Assembléia vai participar da instalação do comitê gestor e é este convite que estou traduzindo, mas ela não pode estar representada por qualquer um dos seus membros.

Deputado Artagão com o aparte.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Deputado Romanelli gostaria de parabenizá-lo, e naturalmente nós paranaenses temos que nos somar neste momento. É natural que haja diferenças e divergências em função das torcidas, eu mesmo torço para o Coritiba, como a maioria dos Deputados que aqui estão, mas entendemos que a condição que hoje se apresenta ao estado do Paraná, independe de torcida e todos nós temos que somar afim de que possamos ter este grande evento mundial aqui em Curitiba, aqui no estado do Paraná.

Louvo a sua lembrança, a sua iniciativa parabenizo o Pessuti como Coordenador desse projetos que muito bem tem sido coordenado, nós temos ouvido e lido, através dos veículos de comunicação sobre as visitas feitas aqui pelos Auditores, as manifestações de otimismo por eles também manifestadas, a alegria da estrutura que eles têm encontrado no estado do Paraná e em Curitiba. Fazendo uma pequena ressalva, destaque-se a questão do aeroporto que também já foi colocado como compromisso pelo Vice-Governador e Presidente da nossa Comissão que será, sem dúvida alguma, um pequeno percalço solucionado até o momento da Copa do Mundo.

Quero louvar a sua atitude e esperamos que até 2014 o Altético já tenha retornado a primeira divisão senão vai ficar senão vai ficar um pouco triste este processo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço Deputado Artagão. Certamente até 2014 até porque vamos sediar os jogos, a Baixada, Arena, certamente já teremos sido mais duas vezes campeões brasileiros de futebol.

Mas, quero dizer que esse é um evento, que está acima de todas as paixões esportivas. E eu, Presidente Nelson Justus, quero reiterar esse convite, V. Exa. que é

também co-patrocinador desse evento do próximo dia 28, terça-feira, às 10h e 30 no Palácio das Araucárias.

Quero dizer que é importante de fato, a presença de todos os Deputados, para demonstrar a unidade do Paraná naquelas questões que são essenciais no nosso estado. É uma grande luta, falta só a unidade política nossa para que possamos garantir que o Paraná será uma das subdeses.

Para quem não se recorda, o Paraná sediou na Copa de 50 uma das subdeses daquela copa do mundo. E nós, certamente, vamos voltar a ser subsele. Mas, é necessária essa união de todos os paranaenses.

Era isso que em nome do Vice-Governador Orlando Pessuti queria transmitir esse convite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário da Liderança da Oposição.

(Declina)

Passa-se à Ordem do Dia.

Antes, porém, gostaria de reiterar o convite já feito pela Deputada Cida Borghetti e amanhã o II Encontro das Primeiras-Damas dos Municípios do Estado do Paraná por proposição da Deputada Cida Borghetti, neste plenário, amanhã às 10h e 30. E após a abertura oficial terá o início do II Encontro das Primeiras-Damas dos Municípios do Estado do Paraná. Seguido de um almoço e uma extensa programação durante a parte da tarde.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, comunicando que estará ausente das Sessões Plenárias nos dias 22 e 23/10/08, para tratar de assuntos particulares. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 299/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo a construção de 02 (duas) passarelas no município de Paçandu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 242/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação d Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos de Inativos e Pensionistas - AMAI, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/08, de 02/06/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 019/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de setembro de 2008. Resolução nº 003/04. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21/10/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 020/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2007. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas que compõem os demonstrativos dos balanços financeiros,

orçamentários e patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 2007.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21/10/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/08, de autoria do Poder Executivo - mensagem nº 019/08, que estabelece a política de turismo do Paraná, que se constitui em um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no estado do Paraná, integrando sua política econômica, de forma planejada e organizada, consolidando-o como destino turístico e proporcionando a inclusão social de sua população. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CICTM. COM EMENDA DE DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**
Está em votação a emenda de Plenário. **Aprovada.**
Está em votação o projeto, agora sim, com todas as emendas. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Exma. à Exma. Sra. Dra. Ellen Gracie Northfleet, Ministra do Supremo Tribunal Federal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a SISALON - Sistema Integrado de Saúde de Londrina, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Localidade de São Pedro do Capiuru - AMSPC, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Apro-**

vado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2870, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Também li a matéria hoje, me surpreendi porque também conheço o Colégio 19 de Dezembro, estive lá, inclusive não faz muito tempo, e gostaria também de ter acesso a essas informações.

Dizia o Deputado Elio Rusch, vou entregar provavelmente segunda-feira a resposta ao requerimento, mas temos que identificar que esses requerimentos têm que tramitar com um pouco mais de agilidade aqui nesta Casa. Mas depois eu conversei com V. Exa. sobre isso.

Esse requerimento, antes de ser aprovado pelo Plenário, se me permitisse, eu encaminharia via Liderança do Governo para que pudessemos esclarecer esse tema. Se for necessário, depois, aprovamos o requerimento. Se V. Exa., me oportunizar, encaminho via Liderança e trarei uma explicação para isso, porque também gostaria de ter uma informação sobre esse tema.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Concordo com V. Exa., retiro e encaminhamos via Liderança do Governo para que ele possa trazer as informações para nós, uma vez que isso trouxe um certo desconforto para os professores, pais e alunos daquele educandário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2871, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, conversei com o Deputado Jocelito, como se trata aqui de uma exigência administrativa do DETRAN, entendo que, claro, é sempre bom obter a informação e saber o que está acontecendo, mas como se trata de uma questão muito específica, muito pontual, entendo que, certamente, o Coronel Davi Antonio Pancotti, que é uma pessoa que tem respondido a tudo nesta Casa, de forma rápida, respondeu outro dia mesmo, um

requerimento que nós retiramos e entreguei ao Deputado Elio Rusch com todas as informações.

Queria solicitar ao Deputado Jocelito Canto que pudessemos encaminhar via Liderança do Governo, porque o DETRAN e o Coronel Pancotti informará a esta Casa, da forma mais breve possível, até porque teria que ser refeita, teria que ir ao Secretário da Segurança Pública, teria que tramitar. Entendo que em dois ou três dias teria a resposta e ofereceria ao Deputado Jocelito Canto e às pessoas que naturalmente querem uma explicação, da justificativa, de solicitar recibo de compra e venda para liberação de motos apreendidas em blitz, certamente haverá de ter uma explicação lógica. Se o Deputado Jocelito Canto concordar, encaminho via Liderança do Governo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só para tirar uma dúvida, porque parece que há uma exigência do DETRAN que quando a pessoa vai buscar a moto, principalmente, há exigência de levar um documento que é desnecessário. Quero saber baseado em que lei está se exigindo isso e se está colocando algo que acho que não é necessário. Por isso, o Deputado Luiz Claudio Romanelli disse que vai trazer as informações. E nós aguardamos, o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Fica devidamente retirado pelo autor, portanto, o requerimento.

Requerimento nº 2868, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2867, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tem um requerimento de minha autoria, da COPEL. Foi aprovado? Em relação à energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Era um encaminhamento, não era um pedido de informações.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Era um requerimento. Já passou?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós nem colocamos em votação, porque encaminhamos diretamente. É um pedido de expediente.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

É um expediente, sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Apenas para dizer que na Sessão de amanhã provavelmente trarei as explicações da COPEL. Mas a primeira informação que me chega é que é uma exigência da ANEEL em relação ao cadastramento. Certamente a COPEL vai nos dar as explicações e quais as mudanças que deverá fazer, por causa dos prazos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

E a Secretaria encaminha o expediente, independente de votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Mas, a Assembleia Legislativa vai encaminhar à COPEL nosso expediente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

RDEAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 705/07; 117, 290, 301, 338 e 394/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0904/08

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6457, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover AGOSTINHO IAROCRINSKI, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0905/08

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6456, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover IGOR HENRIQUE MICHALSKI MOREIRA, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Rangel, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0906/08

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6495, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUIZ SERGIO RAGUNETTI, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ney Leprevost, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0907/08

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6143, datado de 07/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUCINDA DE FATIMA GALAN, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Stephanes Júnior, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0909/08

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6581, datado de 17/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CINTIA LETICIA FRASSON BOGONI, para exercer cargo em comissão, junto à Administração, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0910/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6623, datado de 21/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CINTIA MARIA ODPPIS SALIBA OLIVEIRA, para exercer cargo em comissão, junto à Administração, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0911/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6615, datado de 21/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ROSICLER REGINA DA CUNHA LUZ, para exercer cargo em comissão, junto à Diretoria Geral, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0912/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6498, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CARLOS ALBERTO CARVALHO, para exercer cargo em comissão, junto à Presidência, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0913/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6455, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOSE ROBERTO ANDROUKOVITCH, para exercer cargo em comissão, junto à Presidência, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0914/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6109, datado de 07/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLESIO CARLOS CRUZ, para exercer cargo em comissão, junto à Presidência, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0915/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6446, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ELISANGELA FRANCO RIOS, para exercer cargo em comissão, junto à Presidência, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0916/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6499, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIA SOELI HORNES FERRARI, para exercer cargo em comissão, junto à Presidência, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0917/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6500, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARINA PRESTES MONTEIRO ELIAS, para exercer cargo em comissão, junto à Presidência, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0918/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6497, datado de 16/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FELIPE KAMPMANN BITTENCOURT, para exercer cargo em comissão, junto à Presidência, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0919/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6570, datado de 17/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LENITA BORIN, para exercer cargo em comissão, junto à Presidência, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0920/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6571, datado de 17/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RENATA MONTEIRO DE CARVALHO VIANA,

para exercer cargo em comissão, junto à Presidência, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Publicações Administrativas:**Diretoria Geral****Despachos**

DESPACHO

Requerente: DULCINÉIA ANGELA CECATTO

Protocolo: 8534/08

Data: 02/10/08

Assunto: Solicita reenquadramento

1 - Indefiro, nos termos do Parecer da Procuradoria.

2 - Ao DSE para publicação.

3 - Ao DA para arquivar.

Em 20/10/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

DESPACHO

Requerente: MARTA ALVES DE FREITAS

Protocolo: 9022/08

Data: 15/10/08

Assunto: Solicita licença especial

1 - Indefiro, nos termos do Parecer da Procuradoria.

2 - Ao DSE para publicação.

3 - Ao DA para arquivar.

Em 21/10/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

